



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **7 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 28 de março de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Economia patina, mas arrecadação é recorde 1 VEICULAÇÃO NACIONAL	1
FOLHA DE SÃO PAULO Meta das indústrias é eternizar o novo IPI 2 VEICULAÇÃO NACIONAL	2
VALOR ECONÔMICO PT e PMDB são os que mais contrariam interesse da CNI 3 VEICULAÇÃO NACIONAL	3
AGÊNCIA BRASIL Dilma: "governo com alma de prefeita" 4 VEICULAÇÃO NACIONAL	4
JORNAL DO COMMERCIO PE Pimentel diz não estar preocupado 5 VEICULAÇÃO NACIONAL	5
VALOR China sugere na OMC uma trégua na área cambial 6 VEICULAÇÃO NACIONAL	6
RADIO CBN - MANAUS Red Bull será cartão de visitas para Zona Franca de Manaus, diz embaixador austríaco 8 VEICULAÇÃO NACIONAL	8

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Economia patina, mas arrecadação é recorde		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

RENATA VERÍSSIMO, CÉLIA FROUFE / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A retração da atividade econômica não afetou o caixa do governo. A arrecadação de tributos federais em fevereiro bateu novo recorde para o mês, atingindo R\$ 71,9 bilhões. O valor, descontada a inflação, é 5,91% maior que o resultado de fevereiro do ano passado, que já havia sido inédito. O setor financeiro e o **comércio** sustentaram o crescimento neste início de ano, já que a indústria vem registrando resultados negativos. No bimestre, a arrecadação somou R\$ 174, 5 bilhões, expansão real de 5,99% ante os dois primeiros meses de 2011.

Os dados divulgados ontem pelo Fisco mostram que os bancos pagaram em janeiro e fevereiro deste ano 46,6% a mais de tributos que no mesmo período de 2011. As empresas varejista e atacadista estão na sequência entre as maiores pagadoras de impostos nos dois primeiros meses de 2012. "A arrecadação está ancorada na atividade econômica, não só na **produção** industrial", afirmou a secretária adjunta da Receita Federal, Zayda Manatta.

Ela destacou que a arrecadação brasileira está crescendo, e em "volume considerável". "Isso em relação a um período forte do ano anterior", ressaltou. Zayda, porém, manteve a projeção de alta real das receitas entre 4,5% e 5% para este ano. "São os fatores macroeconômicos que explicam a arrecadação. Além disso, tivemos aumento significativo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), principalmente em fevereiro, quando houve antecipação do pagamento de tributos", disse a secretária.

Antecipação. As empresas são obrigadas a pagar até março IRPJ e CSLL relativos ao ajuste anual apurado sobre o lucro do ano anterior. No entanto, para fugirem da correção dos tributos pela taxa Selic e aproveitarem a folga de caixa, as instituições financeiras anteciparam o acerto com o Fisco. Foram R\$ 3,4 bilhões no primeiro bimestre deste ano, 76,09% a mais que nos dois primeiros meses de 2011. Isso representa a maior parte do volume já quitado antes do prazo pelas empresas, de R\$ 5,5 bilhões.

Por outro lado, o desempenho negativo da indústria fez com que as companhias do setor optassem por deixar o pagamento destes tributos apenas para este mês. Até fevereiro, o recolhimento da indústria de transformação a título de ajuste anual caiu 1,89% em relação ao mesmo período de 2011. A queda sistemática da **produção** fez também com que a indústria de transformação perdesse importância na base de crescimento da arrecadação. Tanto que, dos dez segmentos que mais pagaram tributos no primeiro bimestre, apenas os fabricantes de bebidas são do setor industrial.

IOF. Outro fator que influenciou positivamente a arrecadação foi o aumento da alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o crédito. Segundo a Receita, a arrecadação de IOF no bimestre subiu 11,1%, para R\$ 5,4 bilhões.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Meta das indústrias é eternizar o novo IPI		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

AGNALDO BRITO

DE SÃO PAULO

As indústrias beneficiadas com a redução ou isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) se lançam agora em outra batalha: manter o corte tributário para sempre. A indústria de transformação tenta convencer o governo a dar isenção a outros segmentos.

"A briga agora é manter a desoneração a partir de junho e fazer com que os fornecedores também sejam desonerados", diz José Luiz Fernandez, presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Mobiliário (Abimovel).

O setor, que faturou R\$ 30 bilhões em 2011, apresentou um levantamento com números que mostram os riscos que estavam correndo.

A indústria moveleira, distribuída em 16 polos regionais, teve o IPI reduzido de 5% para zero até 30 de junho.

O segmento de laminados plásticos, outro componente que entra na **produção** de móveis, também foi desonerado: de 15% para zero.

A cadeia moveleira está otimista sobre as vendas dos próximos 90 dias. A previsão é que subam entre 8% e 10%.

É esse resultado que a indústria de móveis pretende mostrar ao governo em junho, com o pedido de prorrogação do novo IPI.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast), José Ricardo Roriz Coelho, elogia a inclusão do setor de laminados plásticos na desoneração.

EXTENSÃO

A Abiplast cobra, entretanto, desoneração para todo o setor industrial.

"A indústria de transformação representa 14,6% do **PIB** e tem uma carga tributária de 37%. O governo, no fundo, não faz nenhum favor à indústria ao desonerá-la."

Na avaliação de representantes da indústria de luminárias, setor que reúne 670 empresas com faturamento de R\$ 3,7 bilhões, a desoneração não passa de "respiro". "É um fôlego para aguentar um pouco mais", disse Carlos Fagundes, presidente da Associação Brasileira da Indústria da Iluminação (Abilux).

O setor cobra do governo a adoção de uma política industrial para o segmento. E também quer medidas que ajudem a recuperar a **produção** de lâmpadas e de componentes que deixaram de ser produzidos no país por causa da **importação**.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PT e PMDB são os que mais contrariam interesse da CNI		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Caio Junqueira | Brasília

O PT da presidente Dilma Rousseff e o PMDB do vice-presidente Michel Temer são os dois partidos que assinam o maior número de projetos divergentes ao entendimento da Confederação Nacional da Indústria (CNI), de acordo com a agenda legislativa divulgada ontem pela entidade e que lista um rol de 131 propostas que tramitam no Congresso Nacional.

Os petistas encabeçam essa lista, com 17 projetos considerados divergentes, contra nove dos pemedebistas (veja quadro nesta página). Na outra ponta aparecem justamente os dois principais partidos da oposição, PSDB e DEM, cujos parlamentares apresentaram proposições que mais convergem com os interesses da CNI. São dez dos tucanos e seis do DEM. O PP, que integra a base aliada, também se encaixa nesse rol: dez projetos são considerados alinhados com o que pensam as lideranças industriais brasileiras.

Há que se considerar, contudo, que dessas seis proposições do DEM, quatro foram feitas por políticos que hoje estão no PSD. Na lista apresentada pela entidade essa distinção partidária não aparece nesses projetos. Ela prioriza a divisão entre propostas convergentes, divergentes, convergentes com ressalvas e divergentes com ressalvas. O Valor só considerou na sua avaliação as duas primeiras classificações.

As maiores divergências da CNI com o PT se referem à legislação trabalhista. No item segurança e saúde do trabalho, por exemplo, aparece um projeto do deputado Vicentinho (SP) e dois do deputado e ex-presidente nacional da legenda Ricardo Berzoini (SP). Também há contrariedade quanto ao recente projeto de reforma tributária do partido. Mais especificamente, o assinado neste ano pelo ex-líder da

bancada, Paulo Teixeira (SP), que dispõe sobre a tributação de investimentos estrangeiros em títulos públicos e extingue a dedução dos juros sobre capital próprio para efeito de cálculo do lucro real.

O projeto de lei promove elevação na carga tributária, em especial sobre capitais alocados em investimentos produtivos. Portanto, vai na direção contrária ao que o país precisa para elevar seu nível de crescimento sustentado: redução da carga tributária e ampliação dos investimentos, justifica a CNI. O partido assinala que seu interesse é compensar esse aumento com a redução de tributos no consumo da população, principalmente no vestuário e em alimentos. Procurada pelo Valor, a CNI não se manifestou sobre o levantamento da reportagem.

Ontem, no evento que apresentou a agenda legislativa da indústria, o presidente da CNI, Robson Andrade, pediu que as eleições municipais deste ano não sejam um obstáculo à tramitação de projetos no Congresso Nacional. Mesmo se tratando de anos com eleições, devemos prestar atenção a projetos que criem condições para crescimento mais robusto. A economia sempre cobra preço pelos adiamentos, disse.

Havia cerca de 15 senadores e mais de 50 deputados. A presidente em exercício da Câmara dos Deputados, Rose de Freitas (PMDB-ES), concordou com Andrade. Gostaria muito da coincidência de mandatos (municipais e federais) porque praticamente trabalhamos um ano e paramos outro ano. E tudo isso se reflete na economia e na política do país.

	VEÍCULO AGÊNCIA BRASIL	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma: "governo com alma de prefeita"		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Em mensagem gravada, Dilma afirma que sua gestão está acima de interesses partidários e livre de limitações políticas

Da Agência Brasil

A presidente Dilma Rousseff disse nesta terça-feira que gosta de governar com “alma de prefeita” e que sua gestão está acima de interesses partidários, regionais e livre de limitações políticas.

A declaração foi feita em mensagem gravada para a abertura do 1º Encontro dos Municípios com o **Desenvolvimento** Sustentável.

“Gosto de governar com a alma de prefeita, tocando os problemas com as minhas próprias mãos, e conversando com as pessoas nas praças públicas. Recolhendo no contato direto com a nossa gente a energia para seguir em frente, removendo obstáculos, vencendo incompreensões, e assim, reunir forças para fazer bom combate”.

Dilma está na Índia, onde participará do 4ª Reunião do Brics (grupo que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). No vídeo de cerca de cinco minutos, a presidente defendeu o fortalecimento da relação entre a União e os municípios em temas como educação, saúde e infraestrutura urbana.

“Esse novo **Brasil** vem acelerando cada vez mais, porque decidimos governar em parceria direta com os prefeitos e as prefeitas. Governar acima de qualquer

interesse partidário ou **regional**. Governar livre de formalismos burocráticos ou limitações políticas”.

Investimentos

Dilma disse que até o fim de seu mandato, em 2014, pretende transferir R\$ 16,3 bilhões aos municípios para investimentos em saneamento e contenção de encostas e R\$ 73 bilhões para construção de moradias do Minha Casa, Minha Vida.

A presidente convocou os prefeitos a fortalecerem parcerias com o **Governo Federal** para executar programas do Rede Cegonha e no combate ao crack. Também pediu ajuda aos gestores municipais para ampliar as ações do **Brasil** sem Miséria e garantir que o **Brasil** tenha bons resultados na Conferência das Nações Unidas para o **Desenvolvimento** Sustentável, a Rio+20, que o **Brasil** vai sediar em junho.

“O **Brasil** só poderá sair fortalecido da Rio+20 se mostrar que o conjunto da federação brasileira está verdadeiramente comprometido com o **desenvolvimento** sustentável. O **desenvolvimento** sustentável significa crescer favorecendo e defendendo todos os seres vivos sem exceção, defendendo a nossa extraordinária biodiversidade, preservando a nossa floresta e biomas, lutando sem tréguas contra o desmatamento”.

	VEÍCULO JORNAL DO COMMERCIO PE	EDITORIA	
	TÍTULO PIMentel diz não estar preocupado		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

NOVA DÉLI O constrangimento acompanhou a presidente Dilma Rousseff à Índia. Na berlinda, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando PIMentel, que integra a comitiva, foi obrigado a se explicar. Ele disse não estar preocupado com o pedido de esclarecimento feito pela comissão de ética pública do Planalto, em relação aos negócios realizados pela sua empresa de consultoria em 2009 e 2010.

Em entrevista, no saguão do hotel onde está hospedado em Nova Déli, o ministro considerou absolutamente natural a iniciativa da comissão de pedir esclarecimentos sobre o caso.

PIMentel é alvo de denúncias de que sua empresa, a P-21 Consultoria e Projetos, teria faturado mais de R\$ 2 milhões com consultorias entre 2009 e 2010, o que levantou suspeitas de tráfico de influência junto à prefeitura de Belo Horizonte, comandada anteriormente por ele. O que tem é uma representação. A comissão de ética entendeu que eu devo apresentar esclarecimentos sobre a representação. Não é uma investigação. Eu presto os esclarecimentos e a comissão decide o que vai fazer , declarou.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO China sugere na OMC uma trégua na área cambial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Um dos mais altos representantes da China no setor financeiro defendeu ontem um cessar-fogo global na área cambial e a busca de cooperação após o confronto com os EUA na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre quem é o culpado pelas tensões atuais. "Temos que alcançar pelo menos um acordo temporário na comunidade internacional sobre como tratar da questão cambial", afirmou, em entrevista, Li Ruogu, presidente do Export-Import Bank of China, depois de participar do primeiro grande seminário na OMC dedicado à relação entre comércio e taxa de câmbio

China defende acordo temporário sobre câmbio

Um dos mais altos representantes da China no setor financeiro defendeu ontem um cessar-fogo global na área cambial e a busca de cooperação após o confronto com os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre quem é o culpado pelas tensões atuais. "Temos de alcançar pelo menos um acordo temporário na comunidade internacional sobre como tratar da questão cambial", afirmou, em entrevista, Li Ruogu, o presidente do Export-Import Bank of China, depois de participar do primeiro grande seminário na OMC dedicado à relação entre comércio e taxa de câmbio, vista como central hoje.

Ao mesmo tempo, Ruogu acusou os EUA de negligenciar suas responsabilidades na gestão do dólar como moeda de reserva mundial, que Pequim aponta como o real causador de desequilíbrios na economia internacional. Foi a primeira vez que um representante chinês, que repete rigorosamente o roteiro traçado por Pequim, mencionou a possibilidade de acordo internacional na área cambial, num cenário de fricções sobre desvalorização competitiva de moedas e barreiras comerciais.

Já na sessão inicial do debate que a OMC teve de organizar, por iniciativa do Brasil, um ponto forte foi a fricção entre Pequim e Washington, com troca recíproca de acusação pelos problemas atuais. O subsecretário assistente do Tesouro dos EUA, Mark Sobel, pediu a palavra e começou a criticar a política cambial chinesa. Para Sobel, as tensões são resultado de intervenção direta de governos para controlar a taxa de câmbio, mais do que de volatilidade cambial induzida pelos

mercados, conforme relataram alguns participantes do encontro a portas fechadas.

Ele perguntou ao representante brasileiro, o empresário Josué Gomes da Silva, de onde vinha a maior concorrência externa para os produtos brasileiros, procurando apontar os chineses como principais culpados. Ele respondeu que as importações vinham majoritariamente da Ásia, mas também dos EUA em razão do real valorizado e do dólar fraco.

Em seguida foi a vez de Li Ruogu jogar a culpa nos americanos. Ele acusou os EUA de política "errática", citando que Washington pedira no passado para Pequim não valorizar sua moeda. Foi uma forma de mencionar os benefícios das milhares de empresas americanas que exportam da China para o mundo todo.

Para a China, a principal fonte dos problemas cambiais vem das políticas fiscal e monetária frouxas dos EUA, com injeção maciça de liquidez nos mercados, provocando enormes fluxos de capital para outros países e forçando a valorização das moedas locais.

Ele argumentou que as estatísticas que apontam a China como o grande exportador mundial são distorcidas por causa das cadeias globais de produção. Ele exemplificou que a exportação de iPhones e iPads é atribuída à China, mas só uma pequena porcentagem do valor final é embolsada pelo país.

Na saída, Li Ruogu reclamou que o dólar americano é usado como moeda de reserva, mas que os EUA não assumem mais a responsabilidade pela questão. "Esse é o problema que temos de discutir. Os EUA têm o direito de dizer que não querem mais assumir esse papel, mas devemos perguntar a alguém ou a algum sistema para assumir esse papel", afirmou. Indagado se o yuan chinês poderia substituir a moeda americana, ele retrucou sorrindo muito: "A China não pode fazer isso, é ainda um país fraco, em desenvolvimento."

Pequim e Washington concordaram pelo menos num ponto: não é a OMC que deve tratar de câmbio para aliviar questões no comércio internacional. Os dois países, inclusive, exigiram da OMC que o seminário fosse fechado. Foi proibido fotografar os participantes, revelar nomes dos palestrantes e também não haverá sequer minuta dos debates.

Os EUA divulgaram comunicado dizendo que defenderam na OMC taxas de câmbio ajustadas em linha com os fundamentos, que resultariam em menos pressão por protecionismo. De seu lado, a China reiterou que os países devem discutir as raízes, e não os efeitos, dos problemas no sistema monetário internacional. Para o Brasil, os efeitos

afetam duramente seu parque industrial e precisam de remédio pela OMC.

O embaixador brasileiro Roberto Azevedo reuniu a imprensa internacional no começo da noite, para relatar que nenhum país negou a existência de desalinhamento cambial. Mas tampouco há consenso sobre o tema na OMC.

	VEÍCULO RADIO CBN – MANAUS	EDITORIA	
	TÍTULO Red Bull será cartão de visitas para <u>Zona Franca de Manaus</u>, diz embaixador austríaco		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

27/03/12 - A chegada da fabricante de energéticos Red Bull ao Polo Industrial de Manaus (PIM) será um grande cartão de visita do modelo Zona Franca para os investidores austríacos. A avaliação é do embaixador da Áustria, Hans-Peter Glanzer, que esteve, nesta terça-feira (27), na sede da autarquia, em reunião com o Superintendente da SUFRAMA, Thomaz Nogueira. “Existem no Brasil mais de 200 empresas austríacas, mas elas precisam ampliar a visão sobre o país. Temos trabalhado nisso, para mostrar que o Brasil não se limita a São Paulo e que o Nordeste e Manaus são muito interessantes”, disse Glanzer, em visita oficial a Manaus desde o último dia 24.

Para o embaixador, a Red Bull - empresa da Áustria que mais faturou em 2011 - ajudará a chamar a atenção de outras grandes empresas daquele país para Manaus. “Certamente, pelo tamanho da Red Bull, outras empresas vão querer saber por que ela decidiu se instalar na Amazônia”, explicou.

Hans-Peter Glanzer também fez uma avaliação da economia europeia e destacou que, apesar da crise, a Áustria cresceu quase 3% no ano passado e manteve uma taxa de desemprego inferior a 4%, em parte por possuir um parque industrial especializado, como o que produz máquinas e equipamentos utilizados por outras indústrias e que abastece

países emergentes como China e Brasil. “A situação varia conforme o Estado, mas o desafio é ajudar os países da comunidade com problemas financeiros a crescer sem que isso signifique mais endividamento. Não é fácil, mas essa situação deverá estar superada nos próximos dois anos”, disse.

As maiores dúvidas sobre o modelo Zona Franca de Manaus (ZFM) foram quanto à disponibilidade de terrenos, quanto aos meios para o transporte das mercadorias aqui produzidas e quanto aos incentivos fiscais. O Superintendente Thomaz Nogueira apontou que a falta de terrenos na área do Distrito Industrial é um fato, mas adiantou que soluções já estão em estudo. “Quanto aos incentivos, a Zona Franca de Manaus tem garantia constitucional, o que dá uma segurança jurídica, às empresas interessadas em investir, de que as isenções não serão retiradas até 2023 – e em breve, até 2073”, disse Nogueira, destacando que, apesar do nome ‘Zona Franca’, o modelo é o maior arrecadador de impostos federais da região Norte e que os incentivos são apenas para compensar questões logísticas. “Isso é muito importante para mostrar que não há uma competição desleal”, alertou o Superintendente ao embaixador.